

Análise dos Relatórios Fiscais do Estado de Goiás

6º bimestre (RREO)
3º quadrimestre (RGF)

Janeiro a Dezembro de 2020

ECONOMIA
Secretaria de
Estado da
Economia



Subsecretaria do Tesouro Estadual
Superintendência Contábil
Gerência de Contas Públicas

ECONOMIA
Secretaria de
Estado da
Economia



Principais Resultados do RREO do 6º bimestre de 2020

Subsecretaria do Tesouro Estadual – Superintendência Contábil



**Resultado Orçamentário
Superávit
R\$ 0,52 bilhão**



**Resultado Primário
R\$ 2,70 bilhões**



**RCL
(jan.20 a dez.20)
R\$ 26,32 bilhões**



**Vinculação da Educação
(Empenhada)
25,24%**



**Déficit Previdenciário
-R\$ 3,57 bilhões**



**Vinculação Saúde
(Empenhada)
12,77%**

Janeiro a Dezembro de 2020

Principais Conclusões

Receitas Realizadas (-1,78%)

Receitas Correntes (Exceto Intraorçamentárias) (+7,21%)

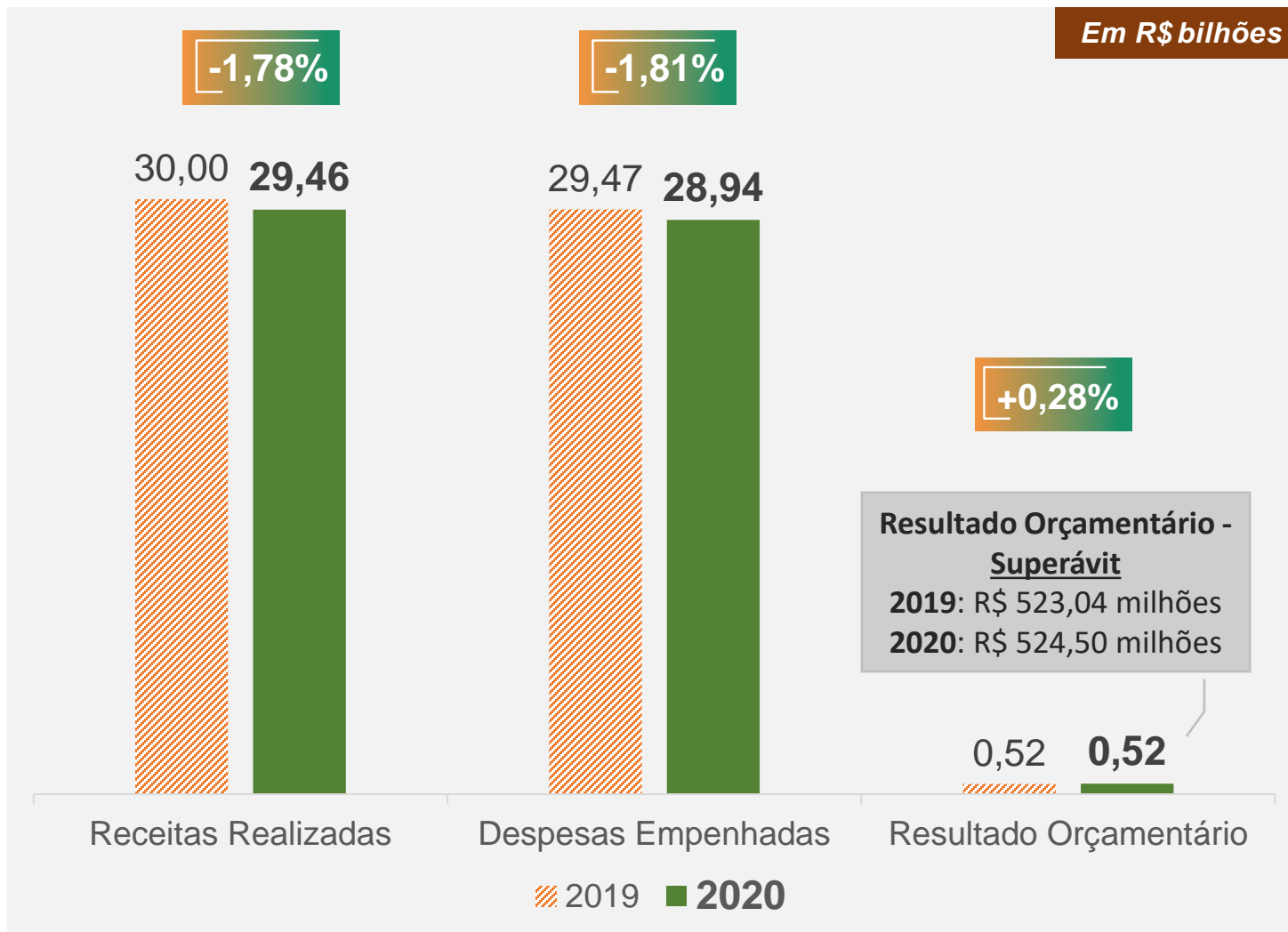
- Leve redução nas Receitas Tributárias (-0,38%), em consequência dos efeitos da Pandemia, mas aumento nas Contribuições (+6,29%) e Transferências Correntes (+28,14%).

Receitas de Capital (Exceto Intraorçamentárias) (-88,63%)

- Redução na Alienação de Bens (-98,02%) e Outras Receitas de Capital (-99,76%), ao passo em que houve aumento (+383,36%) em Operações de Crédito, referente a repasse remanescente da operação do contrato com o BNDES/PROPÆ de 30 milhões, bem como nas Transferências de Capital (+51,58%).

Resultado Orçamentário (+0,28%)

- Ligeiro aumento do Superávit, uma vez que as Despesas Empenhadas (-1,81%) sofreram maior redução do as Receitas Realizadas (-1,78%).



Execução da Despesa Orçamentária

Janeiro a Dezembro de 2020

Principais Conclusões

Despesas Empenhadas (-1,81%)

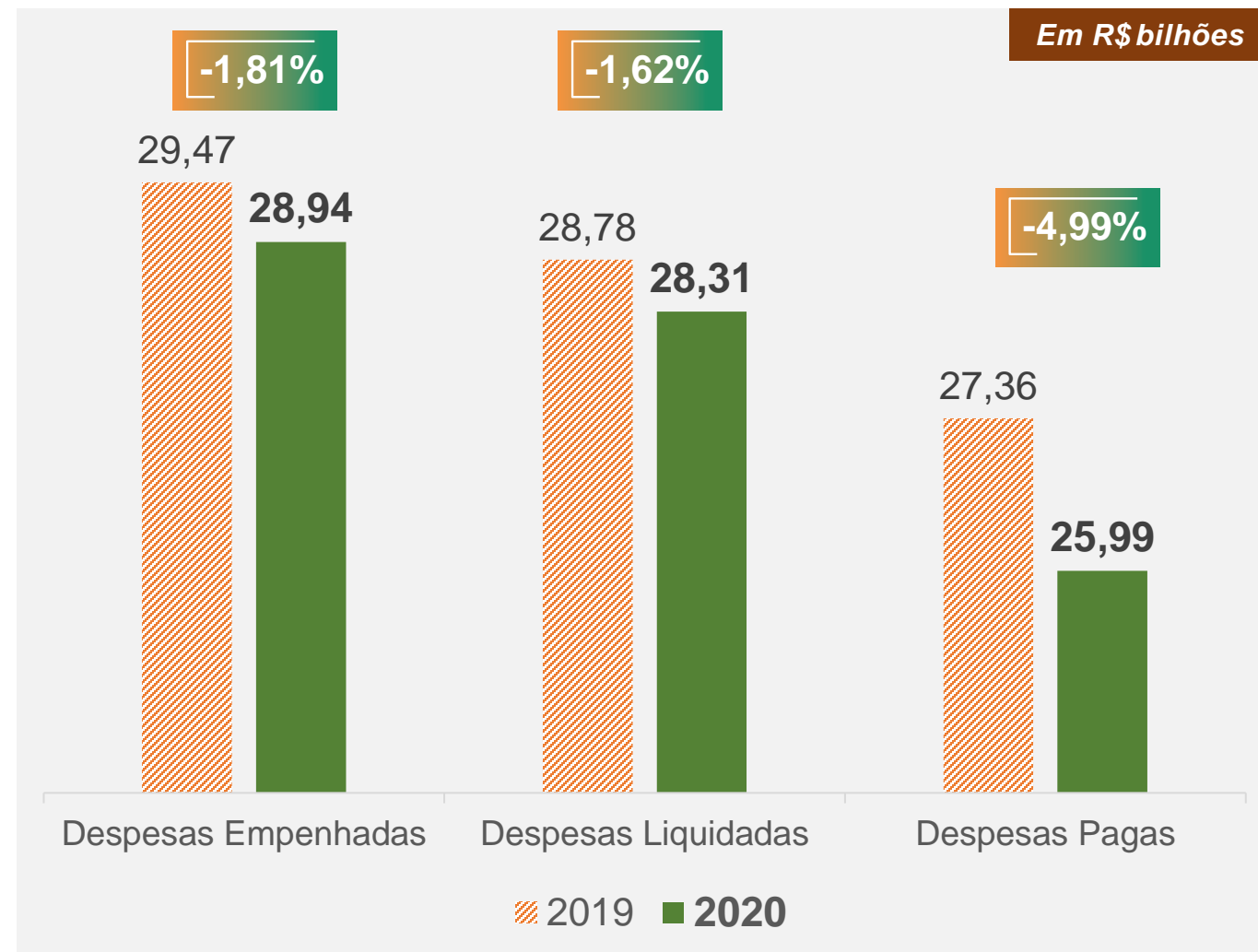
- Houve redução na Despesa (Exceto Intraorçamentária) com Pessoal (-4,61%), sem os efeitos das DEAs de 2018 pagas em 2019, Inversões Financeiras (-88,91%) e Despesas de Juros e Encargos da Dívida (-15,93%), devido à suspensão da Dívida pelo STF (ACO 3262 e 3286). Destaque para o aumento de +42,24% em Investimentos.

Despesas Liquidadas (-1,62%)

- Como nas despesas empenhadas, principais reduções foram percebidas nas Despesas com Pessoal (-4,54%), Juros e Encargos da Dívida (-15,93%) e Inversões Financeiras (-88,35%). Destaque para o aumento de +83,73% em Investimentos.

Despesas Pagas (-4,99%)

- Maiores reduções percebidas em Juros e Encargos (-93,79%), Inversões Financeiras (-95,39%) e Amortização da dívida (-89,88%). A execução financeira da folha de pagamento também diminuiu (-4,26%). Por outro lado, houve aumento no custeio do Estado (+10,41%) e nos Investimentos (+98,39%).



Fonte: RREO – Anexo 1 – Balanço Orçamentário - 6º bimestre 2019 e 2020

Receita Corrente Líquida - RCL

Janeiro a Dezembro de 2020

Principais Conclusões

Em R\$ bilhões

RECEITAS TRIBUTÁRIAS (+3,16%)

- ❑ ICMS (+4,65%): aumento significativo das operações tributadas, em valores e volumes (inflação e maior concentração das operações de vendas nos grandes varejistas, em razão do fechamento de pequenos estabelecimentos comerciais). O Fisco tem maior controle sobre o grande contribuinte.
- ❑ IPVA (+3,94%): alteração na legislação tributária da forma de lançamento do imposto; esforço fiscal (auditorias);
- ❑ ITCD (+23,11%): constatação de aumento dos valores médios dos bens constantes nas Declarações do ITCD (o número de declarações se manteve praticamente inalterado de um ano para o outro);
- ❑ IRRF (-12,99%): efeitos dos pagamentos das folhas de nov. e dez. de 2018 no exercício de 2019, o que aumentou a arrecadação de IRRF naquele ano;

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (+24,19%)

- ❑ Aumento nas Transferências do FUNDEB (+10,58%) e Outras Transferências Correntes (+142,85%), por conta de transferências da Pandemia.

OUTRAS RECEITAS CORRENTES (+25,43%)

- ❑ Aumento influenciado por incremento na contribuição do Protege.

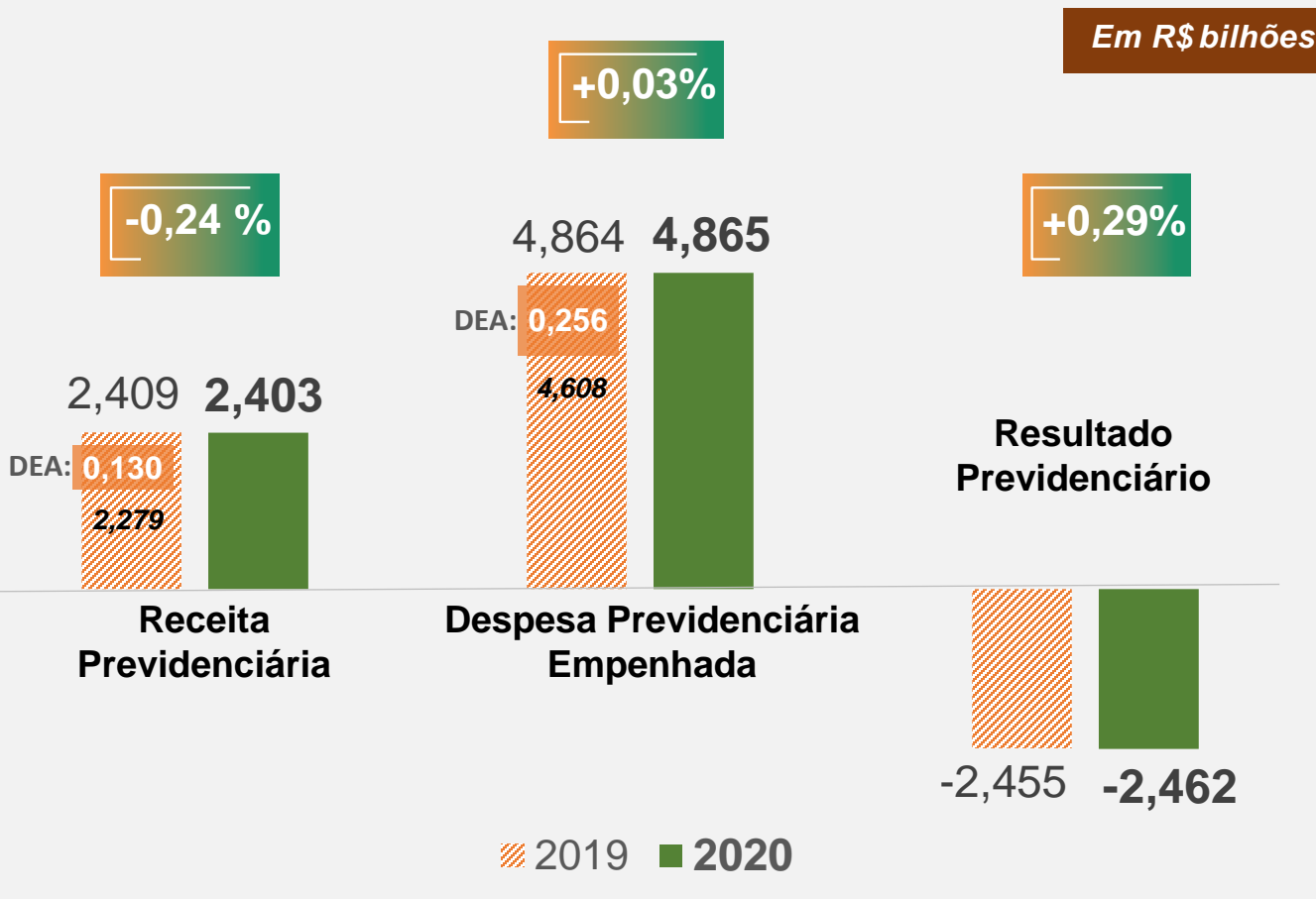
RCL (+7,27%)

- ❑ Destaque para o crescimento na arrecadação de Impostos (+3,16%), Contribuições (+6,29%) e Transferências Correntes (+24,19%).

	2019	2020	% (b / a)
RECEITA CORRENTE	33,87	36,45	7,64%
Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	23,03	23,76	3,16%
ICMS	17,03	17,82	4,65%
IPVA	1,57	1,64	3,94%
ITCD	0,31	0,38	23,11%
IRRF	2,08	1,81	-12,99%
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2,04	2,11	3,64%
Contribuições	1,31	1,39	6,29%
Receita Patrimonial	0,29	0,25	-11,67%
Receita de Serviços	1,87	1,88	0,54%
Transferências Correntes	5,98	7,42	24,19%
Outras Receitas Correntes	1,39	1,75	25,43%
DEDUÇÕES	9,33	10,13	8,60%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	24,54	26,32	7,27%

Fonte: RREO – Anexo 3 – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - 6º bimestre 2019 e 2020

Janeiro a Dezembro de 2020 – RPPS



Principais Conclusões

Receitas Previdenciárias (-0,24%)

As receitas previdenciárias tiveram uma ligeira redução (-0,24%), porém, se desconsiderarmos os valores recebidos (aproximadamente 130 milhões) no exercício de 2019 provenientes do pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores – DEAs, a receita demonstraria um crescimento de cerca de +5,46% (R\$ 2,279 bilhões em 2019 para R\$ 2,403 bilhões em 2020).

Despesas Previdenciárias (+0,03%)

A despesa se manteve relativamente estável (+0,03%), no entanto se desconsiderarmos os valores pagos no exercício de 2019 (estimados em cerca de R\$ 256 milhões) referente as DEAs, o crescimento da despesa seria de 5,59% (R\$ 4,608 bilhões em 2019 para R\$ 4,865 bilhões).

Resultado Previdenciário (+0,29%):

O resultado previdenciário apresentou pequena variação (+0,29%), mas, se não levarmos em consideração os efeitos das DEAs nas receitas e despesas, demonstraria um crescimento de cerca de +5,71% (R\$ 2,329 bilhões em 2019 para R\$ 2,462 bilhões em 2020).

Janeiro a Dezembro de 2020



Principais Conclusões:

Receitas Previdenciárias

A Lei Estadual nº 20.850, de 16 de setembro de 2020, segregou a massa de segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Goiás e a sua operacionalização se deu a partir de novembro de 2020.

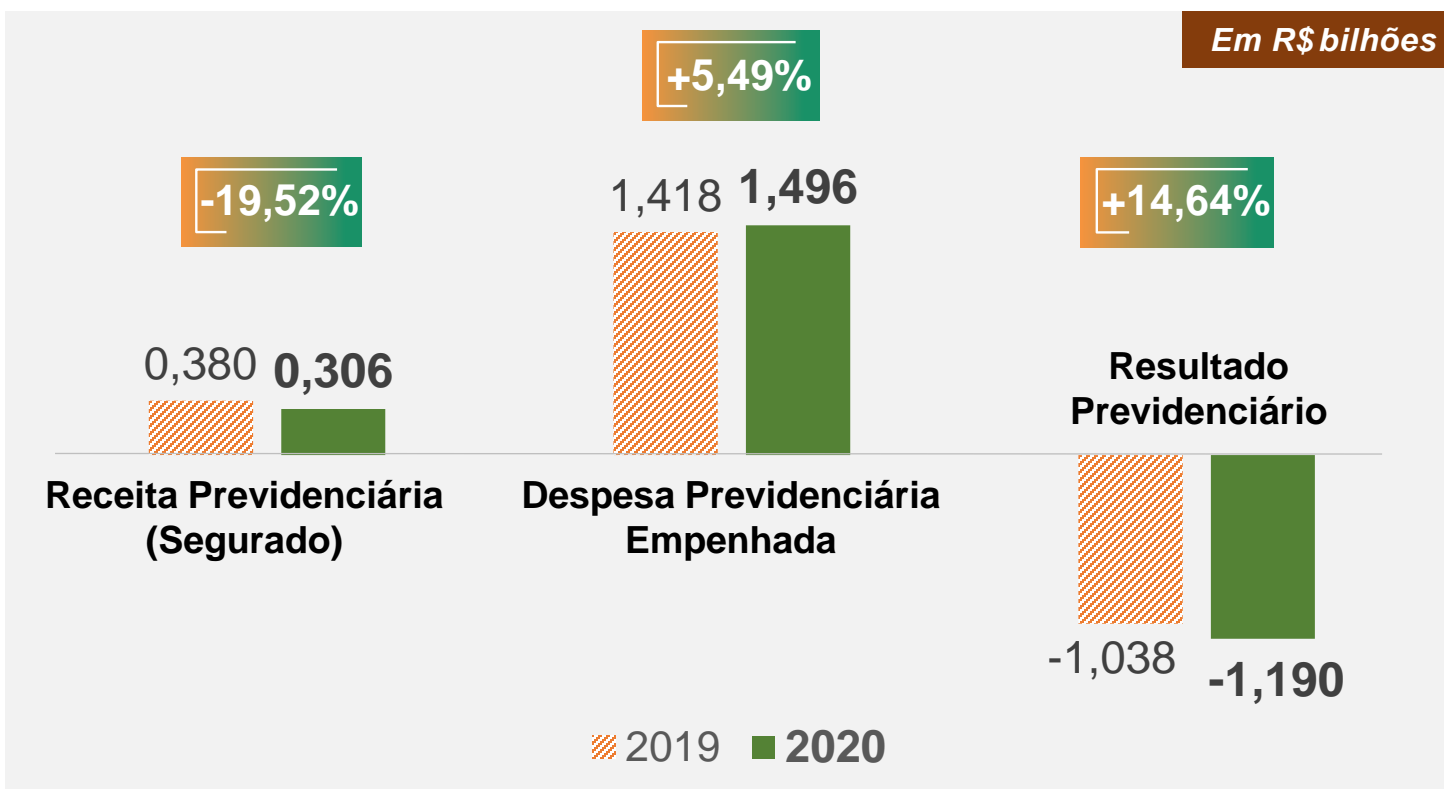
Despesas Previdenciárias

Não houve pagamento de benefícios no exercício de 2020, visto que não há pagamento de inativos até o momento (novas carreiras).

Resultado Previdenciário:

O resultado previdenciário evidencia apenas as receitas arrecadadas nos meses de novembro e dezembro de 2020, já que não houve pagamento de benefícios nesse período.

Janeiro a Dezembro de 2020 – SPSM



Resultado Previdenciário (Financeiro) (+14,64%)

O Resultado Previdenciário (financeiro) cresceu em função da queda na receita, por conta da Lei Federal nº 13.954/2019 e do aumento na despesa. Tendo em vista o fim da contribuição patronal, esse resultado considera o gasto total do Tesouro Estadual (anteriormente, composto por contribuição patronal e déficit).

Despesas Previdenciárias (+5,49%)

O crescimento da despesa é explicado por: transferências para a reserva remunerada; concessão de pensões; reajustes de benefícios; e inclusão de decisões judiciais.

Tendo em vista o pagamento de DEAs em 2019, a variação é, possivelmente, superior, quando considerada a despesa efetiva de cada exercício.

Principais Conclusões

Receitas Previdenciárias (-19,52%)

Consideradas apenas as contribuições dos Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas. Com a implementação do SPSM, por força da Lei Federal nº 13.954/2019, deixou ser exigida a contribuição patronal e houve redução da alíquota de 14,25% para 9,5%. Esses fatores explicam a queda nas Receitas. Ainda, foi publicada a Lei Estadual nº20.946, de 30 de dezembro de 2020, a qual dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM/GO.

Resultado Previdenciário (Total)

Janeiro a Dezembro de 2020 – RPPS e SPSM

	Em R\$ bilhões	
CONCILIAÇÃO DO RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	2019	2020
Fundo Financeiro do RPPS - 1780		
Receita Previdenciária (Ativo, Inativo, Pensionistas e Patronal)	2,409	2,403
Despesa Previdenciária Liquidada	4,864	4,865
Resultado Previdenciário - RPPS (I)	-2,455	-2,462
Sistema de Proteção Social Militares – SPSM		
Receita (Ativos, Inativos e Pensionistas)	0,380	0,306
Despesa Liquidada (SPSM)	1,418	1,496
Resultado Financeiro (somada a Contribuição Patronal) (II)	-1,038	-1,190
Resultado Previdenciário (III) = (I + II)	-3,493	-3,652

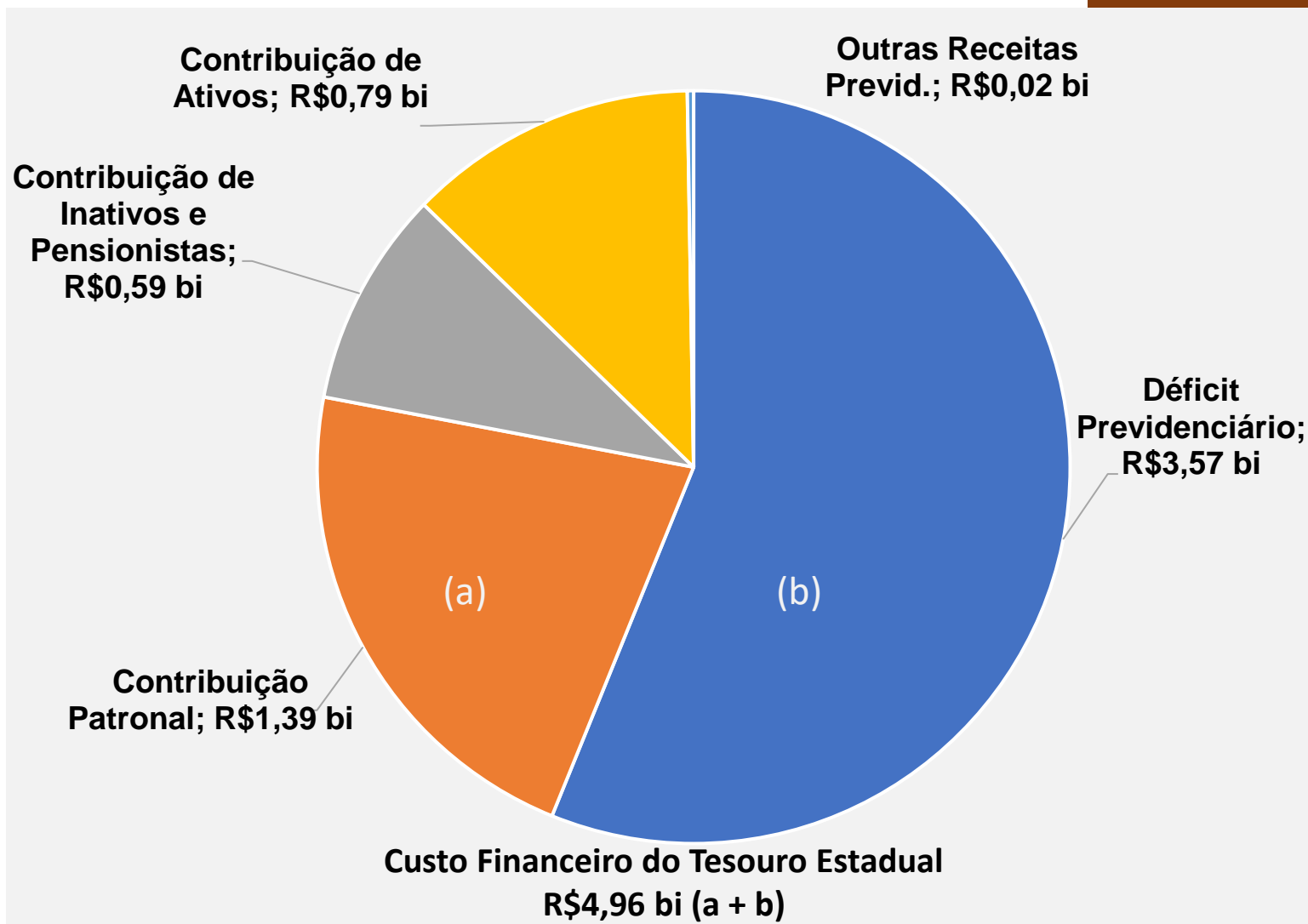
Principais Conclusões:

Para efeito de comparabilidade, as contribuições patronais do SPSM foram somadas ao Resultado Financeiro (II), uma vez que a mesma foi extinta por meio da Lei Federal nº 13.954/2019.

Custo Previdenciário para o Tesouro Estadual

Janeiro a Dezembro de 2020 – RPPS e SPSM

Em R\$ bilhões



Principais Conclusões:

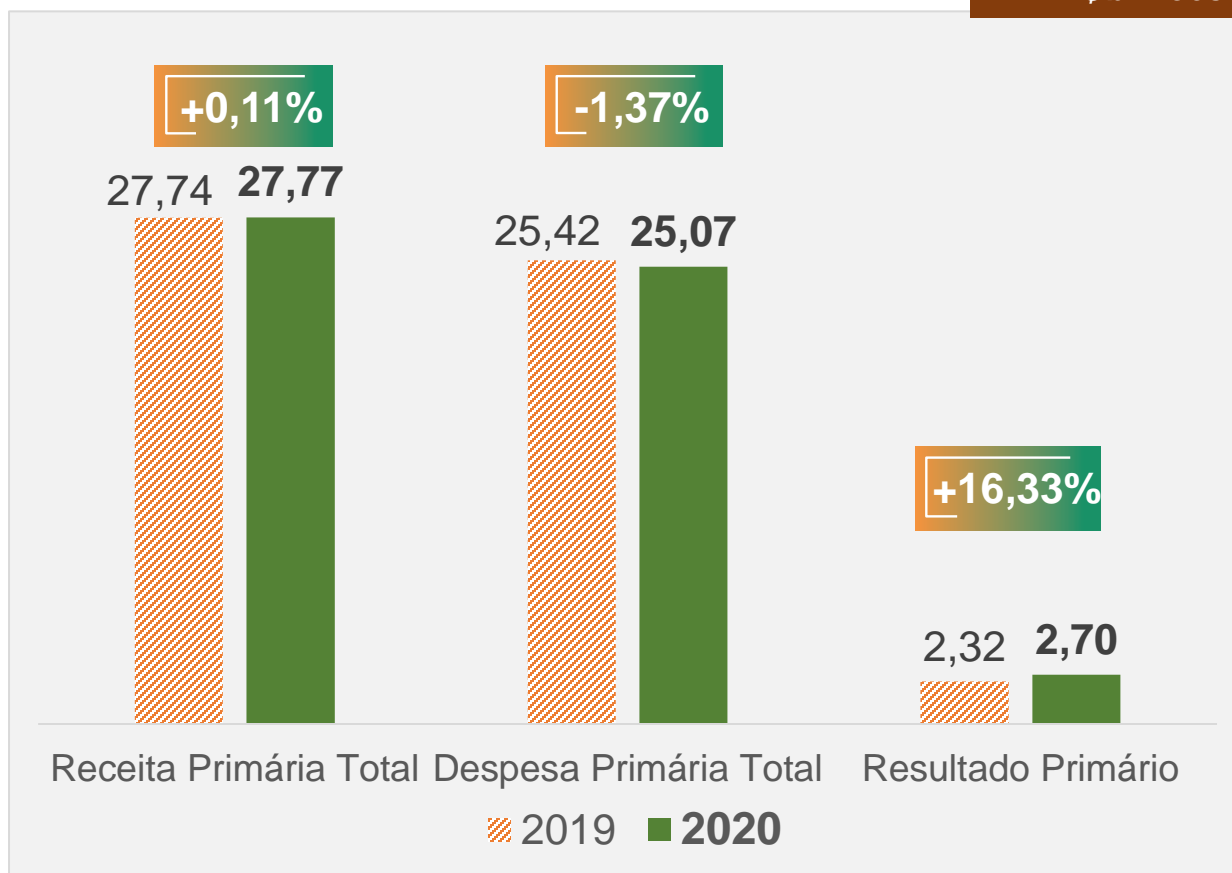
- ❑ O **Custo Financeiro do Tesouro Estadual** com a Previdência refere-se às **Contribuições Patronais (R\$ 1,39 bilhão)** mais a **Cobertura do Déficit Financeiro (R\$ 3,57 bilhões)** do Regime Próprio de Previdência (Fundos Financeiro) e do Sistema de Proteção Social dos Militares, totalizando o valor de **R\$ 4,96 bilhões no 3º quadrimestre de 2020.**

Fonte: GOIÁSPREV; RREO – Anexo 4 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS e SPSM - 6º bimestre 2019 e 2020.

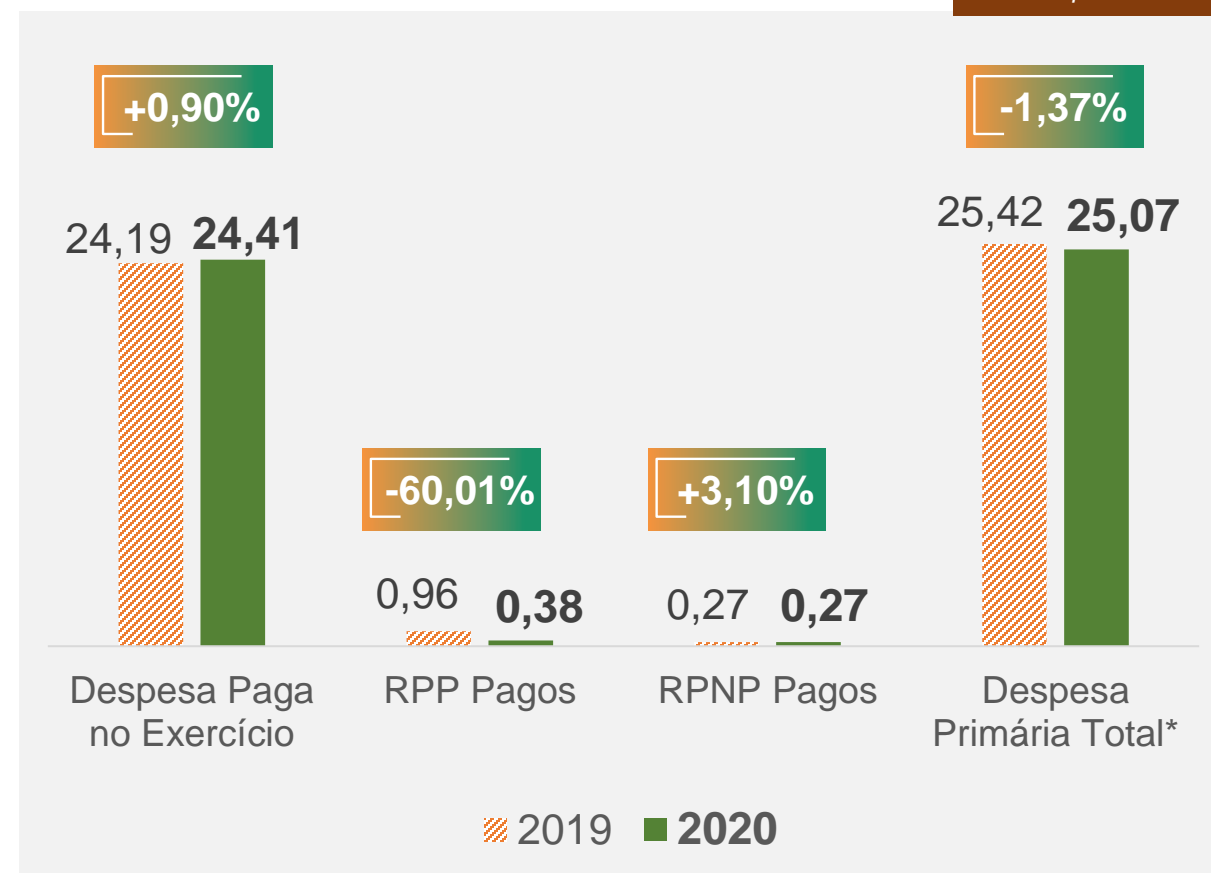
Resultado Primário

Janeiro a Dezembro de 2020

Em R\$ bilhões



Em R\$ bilhões



Meta LDO 2019:
R\$ -6,36 bilhões
(déficit)

Meta LDO 2020:
R\$ 0,39 bi
(superávit)

ATENÇÃO: No Resultado Primário, não são considerados os RAPs dos Juros e Encargos da Dívida e da Amortização da Dívida!

Fonte: RREO – Anexo 6 – Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal – 6º bimestre de 2019 e 2020

*Despesas primárias apuradas na ótica de caixa, ou seja, despesas pagas + RPP pagos + RPNP pagos

Janeiro a Dezembro de 2020

Em R\$ bilhões

	2019	2020	% (b / a)
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES	25,70	27,58	7,30%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15,64	15,58	-0,38%
Contribuições	1,31	1,39	6,29%
Receita Patrimonial	0,29	0,25	-11,67%
(-) Aplicações Financeiras	0,11	0,08	-27,09%
Transferências Correntes	5,36	6,87	28,14%
Demais Receitas Correntes	3,26	3,63	11,16%
(-) Outras Receitas Financeiras	0,05	0,07	36,38%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	2,04	0,19	-90,61%
Receita de Capital (V)	2,05	0,23	-88,63%
(-) Operações de Crédito (VI)	0,01	0,03	383,36%
(-) Amortização de Empréstimos (VII)	0,01	0,01	2,47%
(-) Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00	0,00%
(-) Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00	0,00%
(-) Outras Receitas de Capital Não Primárias	0,00	0,00	0,00%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	27,74	27,77	0,11%

Principais Conclusões

Receita Primária Corrente (+7,30%)

- Apesar da ligeira queda na Receita Tributária (-0,38%) devido à Pandemia, as Transferências Correntes (+28,14%) e Demais Receitas Correntes (+11,16%) provocaram o aumento das Receitas Primárias Correntes.

Receita Primária de Capital (-90,61%)

- A redução das Receitas de Capital (-88,63%), junto do aumento na dedução de Operações de Crédito (+383,36%), referente a repasse remanescente da operação do contrato com o BNDES/PROPAE.

Receita Primária Total (+0,11%)

- A sensível redução das Receitas Primárias de Capital foram neutralizadas pelo aumento das Receitas Primárias Correntes. O incremento é explicado principalmente por transferências recebidas para enfrentamento da Pandemia.

Fonte: RREO – Anexo 6 – Demonstrativo do Resultado e Nominal – 6º bimestre de 2019 e 2020

Trata-se das despesas primárias para apuração do resultado primário, ou seja, despesas pagas + RPP pagas + RPNP pagas

Nota: No cálculo da Despesa Primária Total são excluídas as despesas dos grupos 2 (Juros e Encargos da Dívida) e 6 (Amortização da Dívida).

Janeiro a Dezembro de 2020

Principais Conclusões

DESPEAS PRIMÁRIAS PAGAS (incluídos os Restos a Pagar pagos)	Em R\$ bilhões		
	2019	2020	b/a %
DESPEAS PRIMÁRIAS CORRENTES	24,82	24,22	-2,42%
Despesas Correntes	25,48	24,26	-4,76%
Pessoal e Encargos	17,82	16,50	-7,41%
(-) Juros e Encargos da Dívida	0,65	0,04	-93,79%
Outras Despesas Correntes	7,00	7,72	10,27%
DESPEAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	0,59	0,84	43,00%
Despesas de Capital	1,08	0,89	-17,32%
Investimentos	0,53	0,84	59,46%
Inversões Financeiras	0,06	0,00	-94,16%
(-) Amortização da Dívida	0,49	0,05	-90,16%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL	25,42	25,07	-1,37%

Despesa Primária Total (-1,37%)

Despesas Primárias Correntes (-2,42%)

- ❑ Pessoal e Encargos (-7,41%), visto que em 2019 houve pagamento de DEAs de 2018, provocando a redução em relação a 2020;
- ❑ Custeio (+10,27%): referente aos gastos com a saúde no enfrentamento da Pandemia.

Despesa Primárias de Capital (+43,00%)

- ❑ Apesar da redução no montante de Inversões Financeiras (-94,16%), o aumento das despesas primárias se explica principalmente pelo acréscimo em Investimentos (+59,46%) e pela redução na Amortização da Dívida (-90,16%).

Fonte: RREO – Anexo 6 – Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal – 6º bimestre de 2019 e 2020

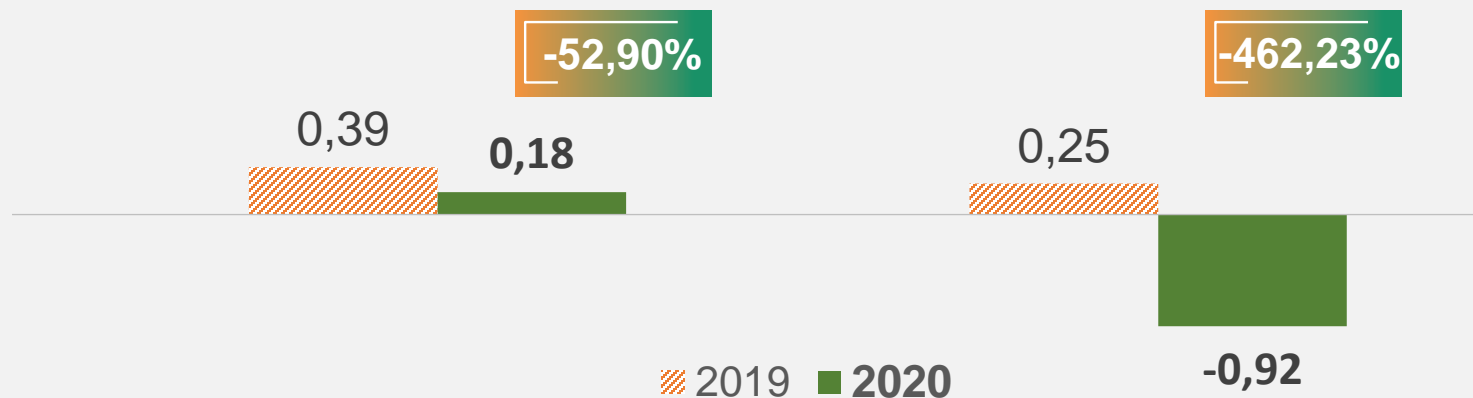
- Trata-se das despesas primárias para apuração do resultado primário, ou seja, despesas pagas + RPP pagas + RPNP pagas.
- Nota: No cálculo da Despesa Primária Total são excluídas as despesas dos grupos 2 (Juros e Encargos da Dívida) e 6 (Amortização da Dívida).

Janeiro a Dezembro de 2020

Em R\$ bilhões

Resultado Nominal

Meta Fiscal



Principais Conclusões

❑ Resultado Nominal apurado pela variação da DCL do 6º bimestre de 2020/2019.

Dívida Consolidada (+9,65%)

❑ Incorporação dos juros e encargos da dívida não pagos, devido à suspensão do pagamento da dívida, conforme ACOs STF.

Dívida Consolidada Líquida (-0,95%)

❑ Com o acentuado aumento da Disponibilidade de Caixa (R\$ 2,18 bilhões), a DCL foi reduzida.

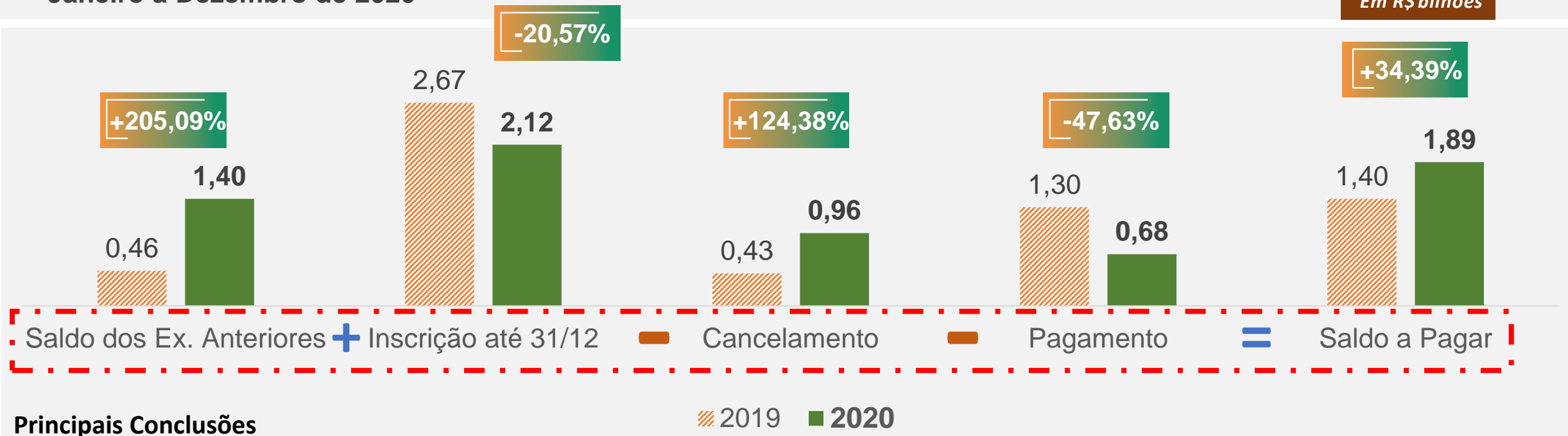
	2019 (a)	2020 (b)	Diferença (b - a)	% (b / a)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	20,67	22,67	2,00	9,65%
DEDUÇÕES (II)	1,42	3,60	2,18	152,92%
Disponibilidade de Caixa (a)	1,42	3,60	2,18	152,92%
Disponibilidade de Caixa Bruta (a.1)	2,93	4,49	1,56	53,17%
(-) Restos a Pagar Processados	1,50	0,88	-0,62	-41,28%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	19,25	19,06	-0,18	-0,95%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	24,54	26,32	1,78	7,27%
% da DCL sobre a RCL	78,43%	72,42%	-6,01%	-7,67%

Fonte: RREO – Anexo 6 – Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal – 6º bimestre de 2019 e 2020

Restos a Pagar Total

Janeiro a Dezembro de 2020

Em R\$ bilhões



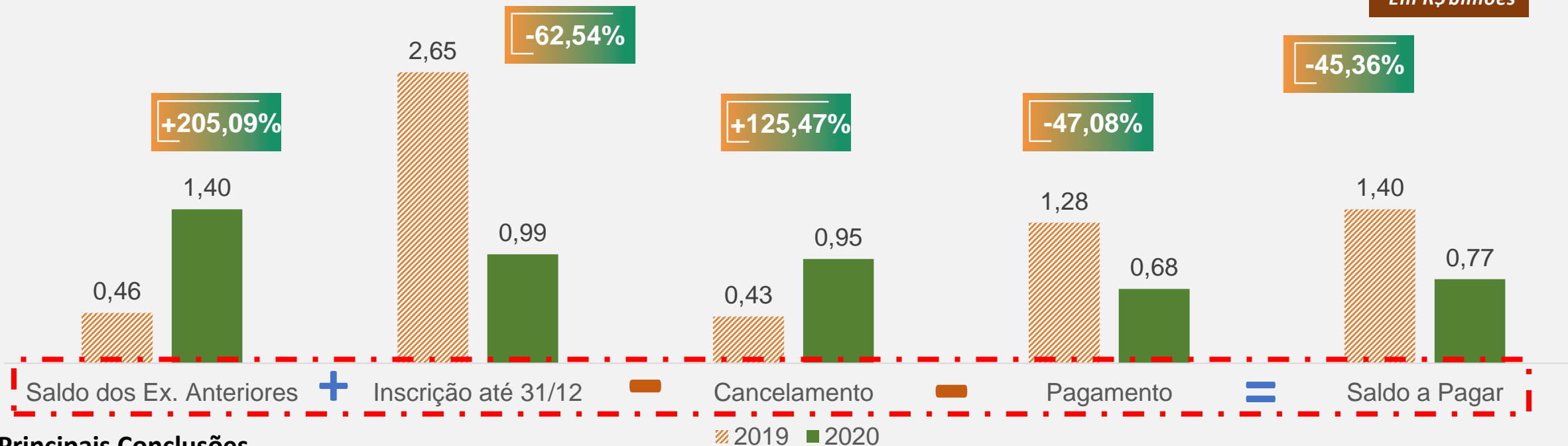
Principais Conclusões

- ❑ **Saldo dos Exerc. Anteriores (+205,09%):** o aumento se deve ao reconhecimento da dívida não paga dentro da competência (R\$ 2.167 milhões), representando um aumento de R\$ 1.044 milhões em relação a 2019.
- ❑ **Inscrição de RP até 31/12 (-20,57%):** apesar do aumento da dívida (suspensa), houve redução dos demais Restos a Pagar, devido ao contingenciamento.
- ❑ **Cancelamentos (+124,38%):** cancelamentos realizados em virtude da prescrição de RP e da não certificação das despesas pelos ordenadores, nos termos da Lei Complementar nº 133/2017.
- ❑ **Pagamentos (-47,63%):** aguardando a realização do leilão de Restos a Pagar (Lei nº 20.753/2020), bem como a negociação e parcelamento dos débitos (Lei 20.932/2020 e Portaria nº 27/2021).
- ❑ **Saldo a Pagar (+34,39%):** o aumento é explicado pela Dívida de R\$ 1,12 bilhão suspensa pelo STF.

Restos a Pagar (sem a Dívida Pública)

Janeiro a Dezembro de 2020

Em R\$ bilhões

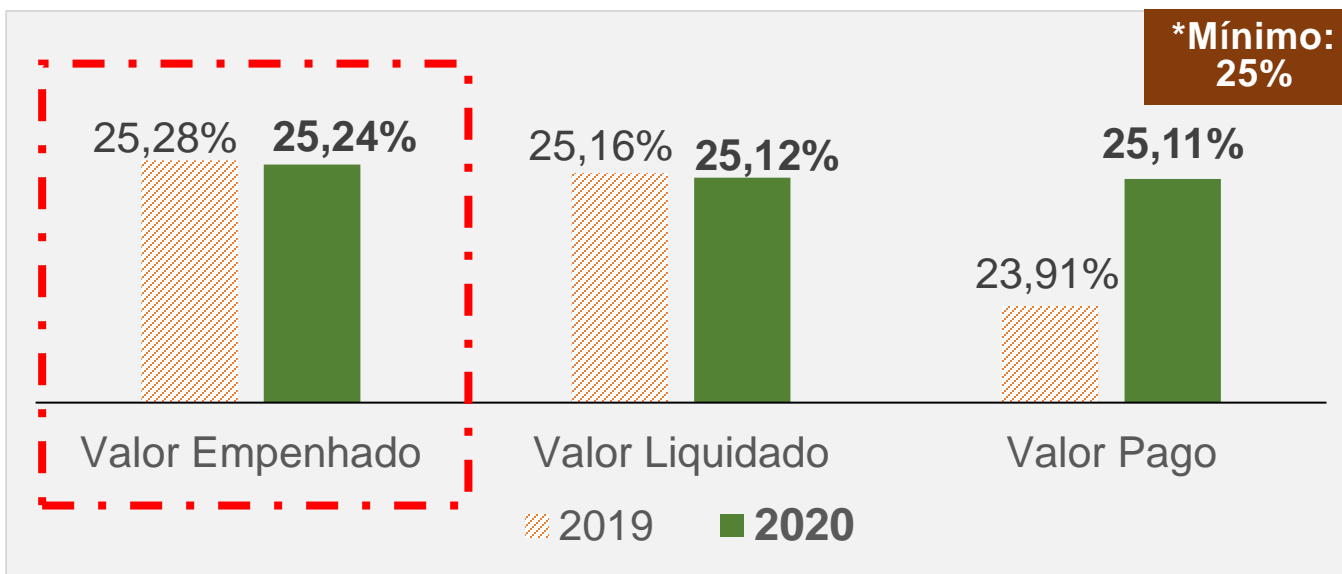


Principais Conclusões

- ❑ **Saldo dos Exerc. Anteriores (+205,09%):** foi deixado grande volume de Despesas não empenhadas (e portanto não inscritas em RP) ao final de 2018, as quais foram pagas em 2019, gerando insuficiência financeira para honrar as despesas da competência de 2019, que foram, então, inscritas em RP.
- ❑ **Inscrição de RP até 31/12 (-62,54%):** a redução decorre do efetivo contingenciamento das despesas durante o exercício de 2020.
- ❑ **Cancelamentos (+125,47%):** cancelamentos realizados em virtude da prescrição de RP e da não certificação das despesas pelos ordenadores, nos termos da Lei Complementar nº 133/2017.
- ❑ **Pagamentos (-47,08%):** aguardando a realização do leilão de Restos a Pagar (Lei nº 20.753/2020), bem como a negociação e parcelamento dos débitos (Lei 20.932/2020 e Portaria nº 27/2021).
- ❑ **Saldo a Pagar (-45,43%):** considerando o saldo menor de restos a pagar inscritos, houve uma redução no saldo em relação ao exercício anterior.

Mínimo Constitucional Educação (MDE)

Janeiro a Dezembro de 2020



Total Aplicado (Despesas) em MDE até o 6º bimestre de 2020

- ❑ **Empenhadas: R\$ 3,656 bilhões (25,24% BV);**
- ❑ **Liquidadas: R\$ 3,632 bilhões (25,12% BV);**
- ❑ **Pagas: R\$ 3,630 bilhões (25,11% BV)**
- ❑ **Receitas Líquidas de Impostos: R\$ 19,386 bilhões (base para vinculação = BV).**

Principais Conclusões

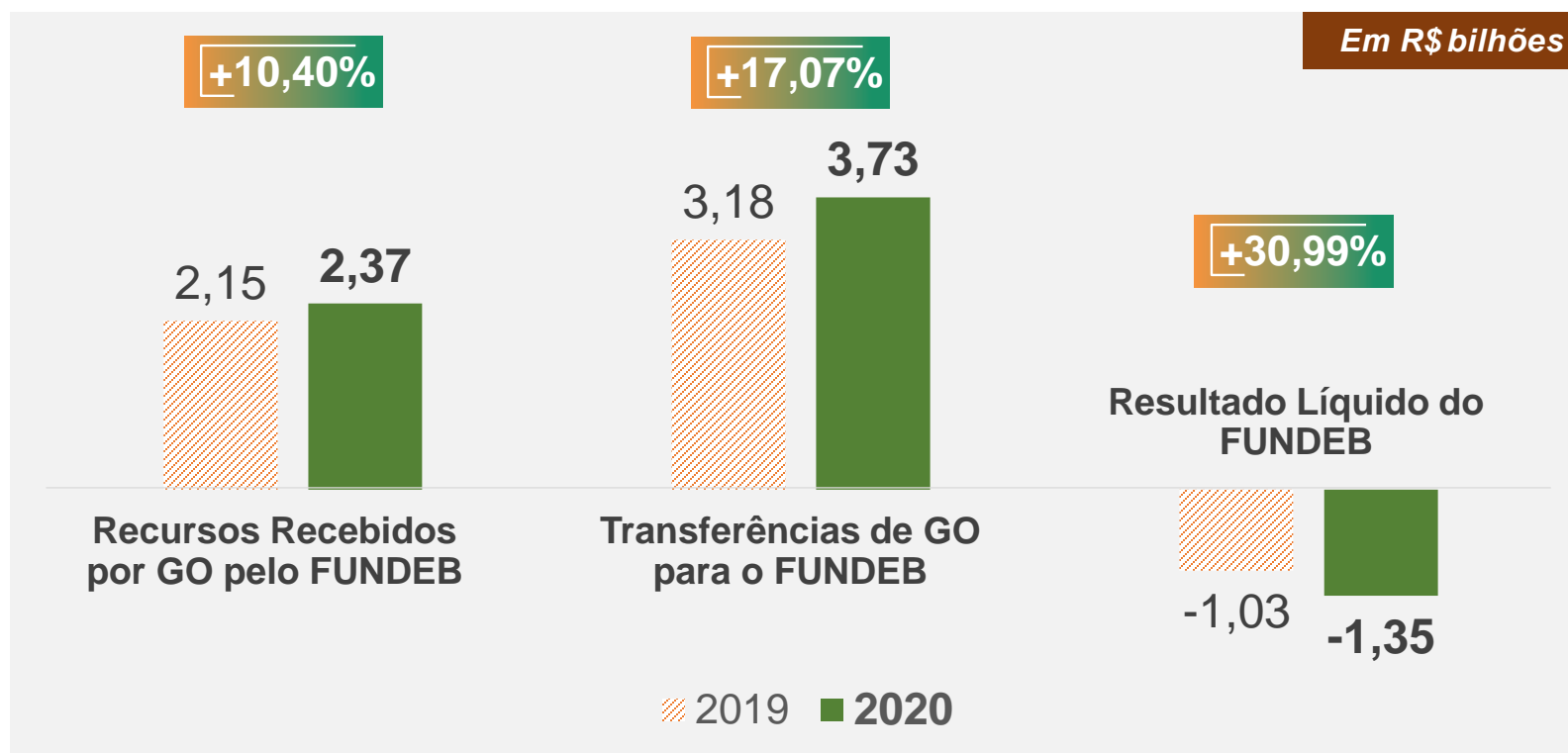
- ❑ **Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE):** Até o 5º bimestre de cada ano, o mínimo é verificado pelas despesas liquidadas. Por sua vez, no 6º bimestre, o mínimo é verificado pelas **despesas empenhadas**, cuja aplicação em 2020 (R\$ 3,656 bilhões) foi **6,79%** menor que em 2019 (R\$ 3,92 bilhões). O Estado encontra-se acima do limite constitucional independentemente do tipo de despesa observada.

Fonte: RREO – Anexo 8 – Demonstrativo de Receitas e Despesas com Manutenção Desenvolvimento do Ensino - MDE – 6º bimestre de 2019 e 2020

* Limite Mínimo Constitucional de MDE: 25%, conforme art. 158 da CE/1989 e art. 212 da CF/1988.

Transferência Líquida do FUNDEB

Janeiro a Dezembro de 2020



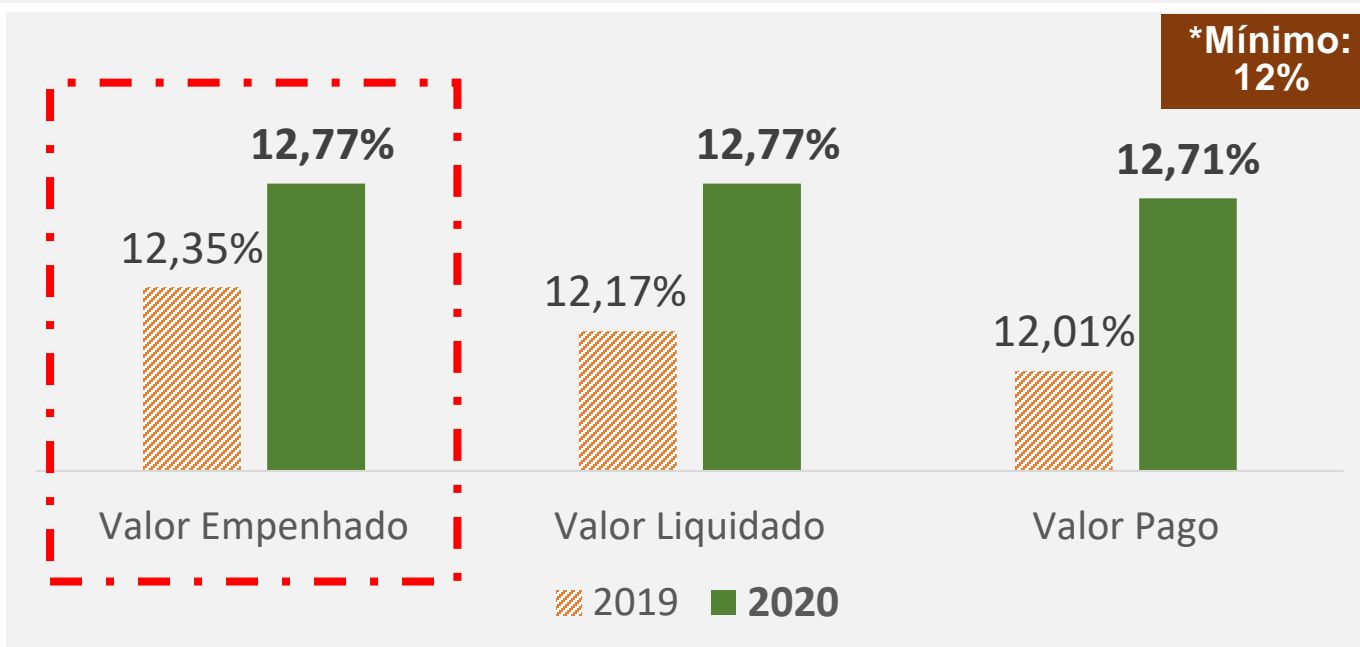
Principal Conclusão

- Comparando o 6º bimestre de 2020 e 2019, percebeu-se um aumento de **30,99%** do déficit no **Resultado Líquido do FUNDEB**. Apesar do aumento (+10,40%) nos Recursos Recebidos do Fundo, o déficit aumentou devido à elevação (+17,07%) das Transferências de GO para o FUNDEB em virtude de recomposição de R\$ 213 milhões relativa a 2019.

Fonte: RREO – Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE – 6º bimestre de 2019 e 2020

Mínimo Constitucional Saúde (ASPS)

Janeiro a Dezembro de 2020



Total Aplicado em Despesas com ASPS até o 6º bimestre de 2020:

- Empenhadas:** R\$ 2,518 bilhões (12,98% BV);
- Liquidadas:** R\$ 2,477 bilhões (12,78% BV);
- Pagas:** R\$ 2,465 bilhões (12,71% BV)
- Receitas Líquidas de Impostos:** R\$ 19,386 bilhões (base da vinculação = BV)

Principais Conclusões

- Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS):** No 6º bimestre de cada ano, o mínimo é verificado pelas **despesas empenhadas**, onde o Estado apresentou, nesse 6º bimestre, uma aplicação maior (+6,99%) que em 2019, sendo que, independentemente do tipo de despesa observada, o Estado se encontra acima do limite mínimo constitucional de 12,00%. As despesas são realizadas no Fundo Estadual de Saúde – FES.
- Por conta da Pandemia, as ações da Saúde, a partir da 2ª quinzena de março de 2020, foram, em sua maioria, direcionadas para o enfrentamento da Covid-19.

Fonte: RREO – Anexo 12 – Demonstrativo de Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde ASPS – 6º bimestre de 2019 e 2020

* Limite Mínimo Constitucional com ASPS – art. 6º da LC 141/2012.

Subsecretaria do Tesouro Estadual – Superintendência Contábil

**Despesa Total com Pessoal
(DTP):**
R\$ 11,81 bilhões
DTP / RCL_(ajustada) = 44,91%

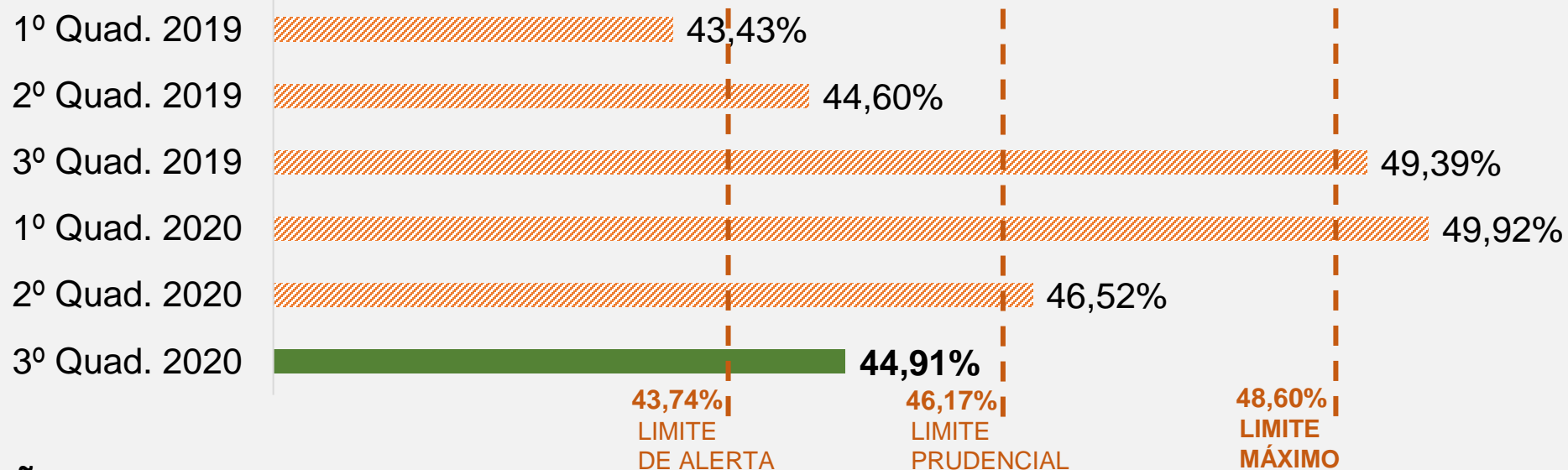


Dívida Consolidada: R\$ 22,67 bi
Dívida Consolidada Líquida (DCL):
R\$ 19,06 bi
DCL / RCL_(ajustada) = 72,45%

Limite de Despesa Total com Pessoal - DTP

Janeiro a Dezembro de 2020 – PODER EXECUTIVO

Evolução do % de DTP sobre a RCL ajustada



Principais Conclusões

- ❑ ADI 6129 do STF suspendeu cautelarmente as EC nº 54/2017 e 55/2017, que excluía da Despesa Total com Pessoal - DTP os gastos com pensionistas e o IRRF dos servidores públicos estaduais;
- ❑ No **3º quadrimestre de 2019** apurou-se o percentual de **49,39%** de DTP, o que representava um excedente de 0,79% do limite máximo de 48,60%. Assim, o Estado sujeitou-se ao dever de ajustar o percentual nos dois quadrimestres subsequentes. No **1º quadrimestre de 2020** atingiu-se um percentual de **49,92%**, aumentando o excedente para 1,32%. Porém, no **2º quadrimestre de 2020** o Estado cumpriu a trajetória de retorno ao limite de despesas com pessoal, atingindo **46,52%** de DTP sobre a RCL ajustada. Neste **3º quadrimestre de 2020**, houve aumento da RCL (+2,40%) e redução da DTP (-1,13%) em relação ao quadrimestre anterior, mantendo o Estado com percentual abaixo do limite máximo, atingindo **44,91%**.

Fonte: RGF – Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – 3º quadrimestre de 2019 e 2020.

Limite de Despesa Total com Pessoal - DTP

Janeiro a Dezembro de 2020 – PODER EXECUTIVO

Em R\$ bilhões

	2019	2020
Despesa Total com Pessoal - DTP (STN)	12,12	11,81
Receita Corrente Líquida - RCL (Ajustada)	24,53	26,29
DTP / RCL (Ajustada)	49,39%	44,91%

2020	Valor	Limite (% RCL)	Limite – DTP (Excedente)
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (DTP)	11,81	44,91%	
Limite Máximo (48,60% da RCL Ajustada)	12,78	48,60%	0,97
Limite Prudencial (46,17% da RCL Ajustada)	12,14	46,17%	0,33
Limite de Alerta (43,74% da RCL Ajustada)	11,50	43,74%	-0,31

Principais Conclusões

- ❑ O Poder Executivo encontra-se **R\$ 308,82 milhões** acima do limite de alerta (43,74%), correspondendo a um percentual de 1,17%.
- ❑ Considerando o 3º quadrimestre de 2019 (com percentual DTP/RCL de 49,39%), a redução percebida foi de **9,07%**, devido ao término do pagamento de DEAs e ao maior controle das despesas de pessoal, além do aumento da RCL.

Dívida Consolidada Líquida

Janeiro a Dezembro de 2020

	2019	2020	Diferença	Em R\$ bilhões
	(a)	(b)	(b - a)	% (b / a)
DÍVIDA CONSOLIDADA	20,67	22,67	2,00	9,65%
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00%
Dívida Contratual	19,38	21,43	2,05	10,56%
Precatórios após 05/05/2000 - Venc. E ã pagos	1,29	1,24	-0,05	-3,93%
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00%
DEDUÇÕES	1,42	3,60	2,18	152,92%
Disponibilidade de Caixa	1,42	3,60	2,18	152,92%
Disponibilidade de Caixa Bruta	2,93	4,49	1,56	53,17%
(-) Restos a Pagar Processados	1,50	0,88	-0,62	-41,28%
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	19,25	19,06	-0,18	-0,95%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) AJUSTADA	24,54	26,31	1,77	7,22%
% da DCL sobre a RCL	78,43%	72,45%	-5,98%	-7,62%

Principais Conclusões

- ❑ **Dívida Consolidada (+9,65%):** relacionando-se à suspensão do pagamento da Dívida de **R\$ 3,28 bilhões**, a partir de maio de 2019 (ACO 3262 e 3286 e LC 173;). A dívida suspensa está registrada em contas gráficas sofrendo a atualização dos seus encargos financeiros.
- ❑ **Dívida Consolidada Líquida (-0,95%):** A redução da DCL foi provocada pelo aumento da Disponibilidade de Caixa e a redução dos Restos a Pagar Processados não referentes à Dívida e seus encargos. DCL/RCL no 3º quadrimestre de 2020 foi de 74,45% da RCL Ajustada, uma redução em relação a 2019, quando o percentual foi de 78,43%. Porém, considerando-se os Passivos Contingentes do FUNAC/CELG D (R\$ 0,957 bi) e Ações Judiciais do Protege, Fomentar e Produzir (R\$ 4,59 bi), a DCL potencialmente totalizaria **R\$ 24,61 bilhões**, equivalendo a **93,53% da DCL sobre a RCL**. Tal percentual ainda encontra-se abaixo dos limites legais máximo (200%) e de alerta (180%).

Fonte: RGF – Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – 3º quadrimestre de 2019 e 2020.

Suspensão de Pagamentos da Dívida Pública

Maio de 2019 a Maio de 2020

Em R\$ milhões

SUSPENSÃO DE PAGTOS DÍVIDA PÚBLICA GOIÁS - LIMINARES – ACO 3262 E 3286 (Parte 01 de 02)

SUSPENSÃO DE PAGTOS DÍVIDA PÚBLICA GOIÁS		LIMINARES ACO 3262 E 3286												
	CONTRATOS	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20
1 Dívidas alcançadas pela Liminar (19/06) Gilmar Mendes (ACO 3262)	CEF CELGPAR	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79
	CEF CELG-D	29,75	31,16	28,57	29,90	30,30	28,40	30,19	27,42	27,78	28,42	26,30	26,90	26,67
	CEF PROINVEST	0,00	3,58	3,29	3,44	3,48	3,27	3,47	3,16	3,20	3,28	3,04	3,11	3,08
	BNDES PROPAE	0,00	0,00	24,89	0,00	0,00	24,80	16,95	15,37	15,58	15,94	14,74	15,08	14,95
	BNDES PROINVEST	0,00	2,56	2,35	2,45	2,49	2,34	2,48	2,26	2,29	2,34	2,17	2,22	2,20
	BB ESTRUTURANTE	0,00	0,00	0,00	167,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	168,65	0,00	0,00
Subtotal I		56,54	64,09	85,89	230,22	63,05	85,60	79,88	74,99	75,63	245,41	73,03	74,10	73,69
Encargos de Inadimplência ACO3262		8,02	6,33	6,39	8,39	3,15	3,86	2,78	3,82	5,66	5,48	6,33	5,63	4,84
2 Liminar Dias Tóffoli (ACO 3286)	BB UNIÃO Lei nº 8727	0,00	0,00	44,69	44,71	44,51	44,57	44,74	44,75	45,24	45,16	45,11	45,38	45,52
	BB UNIÃO Lei nº 9496	0,00	0,00	18,51	18,52	18,59	18,60	18,62	18,65	18,64	18,65	18,66	18,64	18,64
Subtotal II		0,00	0,00	63,20	63,23	63,09	63,17	63,36	63,40	63,89	63,82	63,76	64,02	64,16
Encargos de Inadimplência ACO3286		0,00	0,00	0,31	0,90	2,01	3,48	4,26	7,09	6,81	7,58	9,04	10,60	11,43
3 Dívidas sem garantia suspensas pela LC 173	CEF RODOV. ESTRUTURANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CEF SANEAM. PARA TODOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal III		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total ACO 3262 + ACO 3286 + Dívidas S/ Garantia		56,54	64,09	149,09	293,46	126,15	148,77	143,24	138,39	139,52	309,23	136,80	138,12	137,85
4 Encargos de Inadimplência Liminares		8,02	6,33	6,69	9,28	5,16	7,34	7,03	10,90	12,47	13,06	15,36	16,23	16,27
Saldo Total da Pendência Jurídica		64,56	70,41	155,78	302,74	131,30	156,11	150,27	149,30	151,99	322,29	152,16	154,35	154,12

Fonte: Gerência da Dívida Pública e Receita Extratributária – Secretaria de Estado da Economia.

Observações:

1 Dívidas abrangidas pela ACO 3262, as quais a partir de junho/2020, deixaram de ser honradas pela UNIÃO nos termos da LC 173.

2 Dívidas abrangidas pela ACO 3286 e que não foram aditivadas no âmbito da LC 173/2020.

3 Dívidas sem garantia da União, com pagamentos suspensos nos termos da LC 173.

4 Encargos com Inadimplência representam todos os custos financeiros das honras realizadas pelo Tesouro Nacional (ACO 3262) e os encargos e atualização monetárias de ambas as liminares e da LC 173/2020.

Suspensão de Pagamentos da Dívida Pública

Junho a Dezembro de 2020

Em R\$ milhões

SUSPENSÃO DE PAGTOS DÍVIDA PÚBLICA GOIÁS – LC 173/2020 (Parte 02 de 02)

SUSPENSÃO DE PAGTOS DÍVIDA PÚBLICA GOIÁS		LC-173							Total em Suspensão Mai/19 a Dez/20	Total da Devolução ACO's Jan/2021
	CONTRATOS	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20		
¹ Dívidas alcançadas pela Liminar (19/06) Gilmar Mendes (ACO 3262)	CEF CELGPAR	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	26,79	535,76	348,24
	CEF CELG-D	26,99	26,53	27,62	26,01	26,33	27,01	25,81	558,06	371,76
	CEF PROINVEST	3,12	3,06	3,18	3,00	2,96	3,03	2,90	60,65	39,41
	BNDES PROPAE	15,14	14,87	15,50	14,58	14,76	15,15	14,06	262,35	158,30
	BNDES PROINVEST	2,22	2,19	2,27	2,14	2,17	2,22	2,13	43,47	28,13
	BB ESTRUTURANTE	0,00	0,00	202,84	0,00	0,00	0,00	0,00	539,13	336,29
Subtotal I		74,26	73,44	278,19	72,52	73,00	74,20	71,68	1.999,42	1.282,13
Encargos de Inadimplência ACO3262		2,91	2,63	2,07	2,03	2,04	1,94	2,47	86,74	86,74
² Liminar Dias Tóffoli (ACO 3286)	BB UNIÃO Lei nº 8727	45,51	45,90	46,33	46,85	47,81	48,27	48,91	823,95	823,95
	BB UNIÃO Lei nº 9496	18,63	18,60	125,49	128,69	128,11	127,58	127,04	878,87	878,87
Subtotal II		64,14	64,50	171,82	175,54	175,92	175,85	175,95	1.702,82	1.702,82
Encargos de Inadimplência ACO3286		14,73	13,24	21,15	27,38	25,18	14,47	33,41	213,05	213,05
³ Dívidas sem garantia suspensas pela LC 173	CEF RODOV. ESTRUTURANTE	0,00	5,74	5,82	5,73	5,53	6,04	6,02	34,89	0,00
	CEF SANEAM. PARA TODOS	0,00	0,43	0,44	0,44	0,44	0,43	0,43	2,62	0,00
Subtotal III		0,00	6,18	6,26	6,17	5,97	6,47	6,45	37,50	0,00
Total ACO 3262 + ACO 3286 + Dívidas S/ Garantia		138,40	144,12	456,28	254,23	254,89	256,52	254,08	3.739,74	2.984,94
⁴ Encargos de Inadimplência Liminares		17,64	15,87	23,22	29,41	27,21	16,41	35,88	299,79	299,79
Saldo Total da Pendência Jurídica		156,03	159,99	479,49	283,64	282,10	272,93	289,96	4.039,53	3.284,73

Fonte: Gerência da Dívida Pública e Receita Extratributária – Secretaria de Estado da Economia.

Observações:

¹ Dívidas abrangidas pela ACO 3262, as quais a partir de junho/2020, deixaram de ser honradas pela UNIÃO nos termos da LC 173.

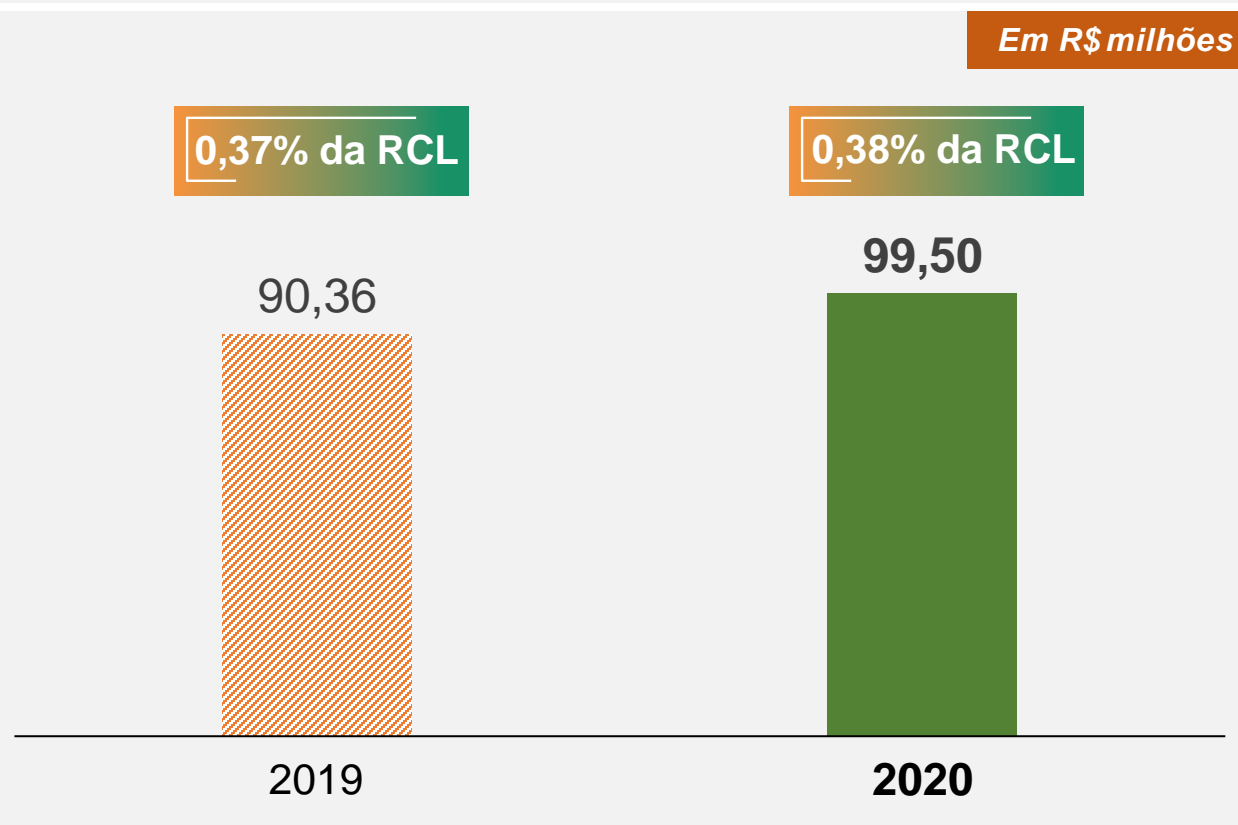
² Dívidas abrangidas pela ACO 3286 e que não foram aditivadas no âmbito da LC 173/2020.

³ Dívidas sem garantia da União, com pagamentos suspensos nos termos da LC 173.

⁴ Encargos com Inadimplência representam todos os custos financeiros das honras realizadas pelo Tesouro Nacional (ACO 3262) e os encargos e atualização monetárias de ambas as liminares e da LC 173/2020.

Janeiro a Dezembro de 2020

Em R\$ milhões



- ❑ Limite Máximo definido pela Resolução nº 43/2001 do Senado Federal : **22% da RCL.**
- ❑ Limite de Alerta (90% do Máximo): **19,80% da RCL.**

Principais Conclusões

- ❑ As garantias concedidas pelo Estado de Goiás foram para a SANEAGO.
- ❑ Aumento de **+10,12%** no valor das garantias concedidas, entre 2019 e 2020;
- ❑ O total do percentual das garantias concedidas sobre a RCL (0,38%) se encontra muito abaixo do limite máximo de 22%, estabelecido pela Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Janeiro a Dezembro de 2020

- ❑ Limite Máximo definido pela Resolução nº 43/2001 do Senado Federal : 16% da RCL.
- ❑ Limite de Alerta (90% do Máximo): 14,40% da RCL.

	2019	2020	em R\$ milhões
	(a)	(b)	(b / a)
Operações de Crédito Internas e Externas	6,21	30,00	383,36%
Receita Corrente Líquida – RCL	24.538,62	26.323,34	7,27%
% sobre a RCL	0,03%	0,11%	350,59%

Principais Conclusões

- ❑ No 2º quadrimestre de 2020, Goiás recebeu um repasse remanescente da operação de crédito do contrato com o BNDES/PROPAE **de 30 milhões**;
- ❑ O percentual das operações de crédito sobre a RCL (0,11%) se encontra muito aquém do limite máximo (16%) estabelecido pela Resolução n.º 43/2001 do Senado Federal.

RONALDO RAMOS CAIADO
Governador do Estado de Goiás

CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRASCHMIDT
Secretária de Estado da Economia

DANILLO CAETANO SOARES CARDOSO
Chefe de Gabinete

FRANCISCO SÉRVULO FREIRE NOGUEIRA
Secretário-Adjunto

SELENE PERES PERES NUNES
Subsecretária do Tesouro Estadual

RICARDO BORGES DE REZENDE
Superintendente Contábil

MARCO TÚLIO PEREIRA DE CAMPOS
Superintendente Financeiro

AUBIRLAN BORGES VITOI
Subsecretário da Receita Estadual

MÁRIO MATTOS BACELAR
Superintendente de Recuperação de Crédito

GLAUCUS MOREIRA NASCIMENTO E SILVA
Superintendente de Informações Fiscais

RENATA LACERDA NOLETO
Superintendente de Política Tributária

MARCELO DE MESQUITA LIMA
Superintendente de Controle e Fiscalização

GILBERTO POMPILO DE MELO FILHO
Subsecretário de Planejamento e Orçamento

CLÁUDIO ANDRÉ GONDIM NOGUEIRA
Superintendente Central de Planejamento

RAFAEL LISITA JÚNIOR
Superintendente de Orçamento e Despesa

THALLES PAULINO DE ÁVILA
Superintendente de Gestão Integrada

GUSTAVO VIEIRA TOMÁS
Superintendente de Tecnologia da Informação

KÁTIA DANIEL RODRIGUES
Chefe da Comunicação Setorial

RODRIGO DE LUQUI ALMEIDA SILVA
Chefe da Procuradoria Setorial

LILIAN DA SILVA FAGUNDES
Chefe da Corregedoria Fiscal

LIDILONE POLIZELI BENTO
Presidente do Conselho Administrativo e Tributário

MOYSES MIGUEL DA SILVA JUNIOR
Assessor de Representação Fazendária

SECRETARIA DA ECONOMIA

Telefone: (62) 3269-2340

Correio Eletrônico: gabineteseecretaria@sefaz.go.gov.br

Disponível em: www.economia.go.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

SUPERINTENDÊNCIA CONTÁBIL - ECONOMIA

GECOP

Gerência de Contas Públicas

Gerente - **Alexandre Augusto Mendes Hatadani**

GEAEC

Gerência de Acompanhamento e Execução Contábil

Gerente – **Cleyton Jose Ferreira Nunes**

GEINC

Gerência de Informações e Normatização Contábil

Gerente - **Levino Gonçalves dos Santos**

ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS FISCAIS

GECOP

Aline de Ávila Chagas

Bianca Gabriel Fellet

Bruno Pereira de Medeiros

Ednarc Martins Diniz

GECOP

Elza Aparecida de Sá

Hidalgardes Sousa da Silva

Kátia Beatriz de Resende

Thalita Azevedo Garcia de Deus

Unidades Setoriais de Contabilidade

Adriana Jesus S. Batista - Goiás Previdência

Jefferson da S.Pereira -Secretaria da Educação

Murilo Lara de Faria - Secretaria da Saúde

ECONOMIA
Secretaria de
Estado da
Economia

